



## EMENTÁRIO

### INTRODUÇÃO ÀS CONCESSÕES E PPPS

A disciplina apresenta uma visão ampla e introdutória sobre as concessões de serviços públicos e as parcerias público-privadas (PPPs) nas esferas federal, estadual e municipal, com destaque para os fundamentos conceituais, modalidades, contexto histórico e evolução do modelo (no Brasil e no mundo), marcos legais pertinentes, arranjos institucionais e de governança necessários à aprovação, execução e regulação desses projetos e os desafios para garantir segurança jurídica e atratividade para o investimento privado em infraestrutura. Busca-se, portanto, fornecer ao aluno uma base sólida para compreender o papel das concessões e PPPs como instrumentos de política pública e alavancagem de investimentos, preparando-o para, nas disciplinas subsequentes, aprofundar-se em temas específicos.

### FUNDAMENTOS DA REGULAÇÃO

A disciplina apresenta os conceitos essenciais sobre Regulação e o papel das instituições responsáveis por regular serviços públicos e setores de infraestrutura. Serão discutidos os fundamentos da Regulação, a origem e evolução das agências reguladoras no Brasil e no mundo, além dos desafios relacionados à sua autonomia, legitimidade e capacidade de atuação. Também serão abordadas atualidades e tendências da Regulação, como inovação tecnológica, regulação responsiva e regulação baseada em risco. Outro foco será o relacionamento entre os setores público e privado, envolvendo especialmente a influência dos Poderes Executivo e Legislativo nos marcos regulatórios, no ambiente de negócios e na atratividade de investimentos. A disciplina destaca ainda princípios e práticas de governança regulatória, como processos de participação e controle social (consultas e audiências públicas, propostas normativas externas, reuniões participativas etc.), Análise de Impacto Regulatório (AIR), Análise de Resultado Regulatório (ARR) e Agenda Regulatória.

### MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

A disciplina apresenta o processo e os estudos para a modelagem econômico-financeira de concessões e PPPs, capacitando o aluno a compreender variáveis críticas que determinam a viabilidade, atratividade, financiabilidade e sustentabilidade desses projetos. Serão abordados conceitos como tarifa, outorga, contraprestação, aporte de recursos públicos, mecanismos de

reajuste, decisões de investimento e equilíbrio econômico-financeiro. A disciplina inclui também o estudo dos ativos das concessões e PPPs e seus reflexos nos fluxos financeiros dos projetos, bem como o conceito de Value for Money, essencial para comparar provisões pública e privada de infraestrutura. Serão ainda introduzidos temas de financiamento e tributação, a serem aprofundados em outras disciplinas.

#### MODELAGEM JURÍDICA

A disciplina propõe capacitar o aluno a compreender e aplicar os instrumentos jurídicos essenciais para a estruturação jurídica de concessões e PPPs, com foco na elaboração de cláusulas editalícias e contratuais. Para isso, serão apresentados os diferentes meios disponíveis na legislação para a estruturação de projetos de concessão e PPPs (contratação de consultorias, PMI, MIP etc.), regras e exemplos associados ao processo licitatório (leilões), requisitos para assinatura dos contratos e cláusulas contratuais essenciais (matriz de riscos, direitos e obrigações dos usuários, remuneração, reequilíbrio econômico-financeiro, indicadores de desempenho etc.).

#### FINANCIAMENTO E MERCADO DE CAPITAIS

A disciplina aborda os principais mecanismos de financiamento de projetos de infraestrutura, com foco em concessões e PPPs, apresentando instrumentos de crédito, mercado de capitais e fontes alternativas de funding. O conteúdo contempla os fundamentos do Project Finance, analisando o papel do fluxo de caixa do projeto na captação de recursos de terceiros. Serão estudados os instrumentos de dívida no mercado de capitais, como debêntures de infraestrutura, CRIs, fundos de investimento e outros mecanismos aplicáveis ao setor. A disciplina discute ainda o papel dos bancos públicos, de desenvolvimento e organismos multilaterais, destacando como suas linhas de crédito e garantias complementam o mercado privado e ampliam a bancabilidade dos projetos. Por fim, são apresentados conceitos e práticas de finanças sustentáveis e inovação em funding, incluindo green bonds, blended finance e novas formas de mobilização de capital voltadas para a sustentabilidade e para a agenda de descarbonização.

#### PLANEJAMENTO SOCIETÁRIO E TRIBUTÁRIO

A disciplina apresenta os principais aspectos societários e tributários aplicáveis às concessões e PPPs, destacando como a escolha da estrutura empresarial e a gestão tributária influenciam a viabilidade e a sustentabilidade desses projetos. Inicialmente, são discutidas as estruturas societárias em empreendimentos de infraestrutura, como SPEs, consórcios e joint ventures, com análise de seus impactos jurídicos e econômicos. Em seguida, aborda-se o planejamento tributário, considerando tributos diretos e indiretos, incentivos fiscais e mecanismos de otimização de cargas. A tributação avançada aplicada a estruturas de financiamento também é abordada, a partir da avaliação de seus efeitos sobre fluxo de caixa, retorno dos investidores e estratégias de captação de recursos. A disciplina ainda contempla o impacto da reforma tributária nas concessões e PPPs, incluindo mudanças regulatórias, riscos e oportunidades decorrentes da reorganização do sistema tributário brasileiro.

## SEGUROS E GARANTIAS NAS CONCESSÕES E PPPS

A disciplina apresenta aspectos gerais sobre o Mercado Segurador e Ressegurador e a contratação de seguros para a cobertura de riscos associados a projetos de concessão e PPPs e de garantia de execução dos respectivos contratos, destacando as modalidades, estrutura e diretrizes para comunicação de sinistros e recebimento de indenizações de seguros e garantias.

## SUSTENTABILIDADE, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DESAPROPRIAÇÕES

A disciplina aborda os aspectos ambientais e sociais da agenda ESG no contexto das concessões e PPPs, destacando seu papel na modelagem, atratividade e execução de projetos de infraestrutura. Inicialmente, será dado foco à sustentabilidade, com discussões sobre a gestão de impactos ambientais e sociais, bem como sobre instrumentos de inovação e tendências que influenciam a incorporação da sustentabilidade nos projetos de infraestrutura. Em seguida, é analisada a legislação e os processos de licenciamento ambiental, com ênfase nas etapas procedimentais e nos desafios recorrentes de obtenção de licenças e demais autorizações ambientais. Por fim, a disciplina contempla os aspectos jurídicos e procedimentais da desapropriação, analisando como o tema impacta prazos, custos e a execução contratual. Serão explorados os principais mecanismos de gestão de conflitos e superação de desafios associados à desapropriação, de forma a equilibrar direitos de propriedade, interesse público e segurança jurídica.

## GESTÃO CONTRATUAL: REVISÕES, REEQUILÍBRIOS, FISCALIZAÇÃO E PROCESSOS SANCIONATÓRIOS

A disciplina aborda quatro dos temas mais relevantes associados à gestão pública de contratos de concessão e PPPs: revisões contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro, fiscalização e aplicação de penalidades. Sob a ótica das revisões e do reequilíbrio, a disciplina tratará das modalidades e dos procedimentos administrativos, detalhando hipóteses de cabimento, etapas formais, critérios de cálculo do desequilíbrio e do reequilíbrio econômico-financeiro e impactos sobre tarifas e contraprestações. Sob a ótica da fiscalização, a disciplina explora a dinâmica operacional da gestão contratual, incluindo o monitoramento de indicadores, relatórios de desempenho e a atuação de verificadores independentes. Na esfera sancionatória, por fim, serão abordadas as infrações contratuais, as penalidades aplicáveis e os ritos administrativos, destacando-se prazos, instâncias decisórias e critérios de proporcionalidade. O foco é oferecer ao aluno conhecimento prático sobre como conduzir revisões, reequilíbrios e processos de fiscalização e sancionatórios, entendendo sua aplicação direta na execução dos contratos de concessão e PPPs.

## CONTROLE FISCAL E CONTROLE EXTERNO NAS CONCESSÕES E PPPS

A disciplina detalha os fundamentos da gestão fiscal em PPPs, incluindo a regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei 11.079/2004, limites

de endividamento e impactos dos compromissos de contraprestações sobre o planejamento orçamentário de longo prazo. Apresenta, ainda, os pressupostos do controle externo no Brasil, com ênfase nas competências constitucional e legal dos Tribunais de Contas na fiscalização e controle de projetos e contratos de concessão e PPPs. São examinados relatórios de auditoria operacional, auditorias de conformidade, acompanhamento de desestatização e execução contratual e processos de tomada e prestação de contas. São discutidos, ainda, os avanços do consensualismo nos Tribunais de Contas, os marcos normativos que permitem soluções dialogadas (como os Acórdãos do TCU e resoluções que criaram a Secex Consenso) e casos práticos sobre consensualismo sob a liderança dos Tribunais de Contas no Brasil.

#### MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS CONCESSÕES E PPPS

A disciplina capacita os alunos a compreender e aplicar mecanismos de solução de conflitos alternativos ao Poder Judiciário em contratos de concessão e PPPs. São analisadas a evolução e consolidação da arbitragem na Administração Pública brasileira, os preceitos específicos do regime jurídico-administrativo e os limites de arbitrabilidade subjetiva e objetiva. Aborda-se a natureza jurídica da convenção de arbitragem, os requisitos formais de anuência do particular, bem como aspectos práticos como sede, idioma, publicidade, direito aplicável e critério de julgamento. O conteúdo detalha ainda elementos estratégicos como a escolha de câmaras e árbitros, a formação do tribunal arbitral, os deveres e direitos dos árbitros, além das especificidades procedimentais, como custos, honorários sucumbenciais e aplicação do sistema de precatórios às condenações contra a Administração. São examinadas as cláusulas de arbitragem em contratos de concessão e PPPs, sua utilização em setores regulados de infraestrutura e a integração do modelo ao chamado sistema de justiça multiportas. A disciplina contempla também a análise de mecanismos complementares, como a mediação e os dispute boards, destacando sua utilidade para prevenção e resolução célere de litígios ao longo da execução contratual.

#### EXTINÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E PPPS

A disciplina analisa as formas de extinção de contratos de concessão e PPPs, destacando seus efeitos sobre a continuidade dos serviços públicos, os direitos dos usuários e a recomposição dos investimentos. O conteúdo contempla as hipóteses clássicas de encerramento, com abordagem prática para: advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão e anulação, além de situações extraordinárias como falência da concessionária, caso fortuito e força maior. São discutidos os procedimentos e os efeitos administrativos e jurídicos associados à extinção, incluindo cálculos de indenização, tratamento de dívidas, devolução de bens e responsabilidades remanescentes. A disciplina aborda ainda a devolução e a relicitação, conforme a Lei nº 13.448/2017, bem como a prorrogação antecipada como alternativa ao término do contrato. Por fim, são apresentados estudos de caso, destacando experiências recentes e boas práticas na condução de processos

de extinção, de modo a garantir segurança jurídica e continuidade dos serviços públicos.

#### CONCESSÕES E PPPS NO SETOR DE TRANSPORTES I: RODOVIAS, FERROVIAS E MOBILIDADE URBANA

A disciplina examina a aplicação das concessões e PPPs nos principais modos de transporte terrestre (rodovias, ferrovias e mobilidade urbana), apresentando as especificidades dos arranjos jurídico e institucional de cada um deles, modalidades contratuais, a composição do CAPEX e OPEX dos respectivos projetos, parâmetros contratuais, operacionais e de desempenho e a regulação do setor, além de desafios regulatórios, tendências para o futuro, dinâmicas das operações rodoviária, ferroviária e de mobilidade urbana e casos emblemáticos.

#### CONCESSÕES E PPPS NO SETOR DE TRANSPORTES II: PORTOS E AEROPORTOS

A disciplina examina a aplicação das concessões e PPPs nos setores portuário e aeroportuário, apresentando as especificidades dos arranjos jurídico e institucional de cada um deles, a composição do CAPEX e OPEX dos respectivos projetos, parâmetros contratuais, operacionais e de desempenho e a regulação dos setores, além de desafios regulatórios, tendências para o futuro, dinâmicas das operações portuárias e aeroportuárias (p. ex., terminais de passageiros e cargas e mercado de companhias aéreas) e casos emblemáticos.

#### REGULAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA E MINERAÇÃO

A disciplina aborda a regulação dos setores de energia elétrica e mineração, com foco nos arcabouços jurídico e institucional e na dinâmica dos mercados. Em energia elétrica, são abordadas as instituições inseridas no setor (ANEEL, CCEE, ONS, EPE etc.), bem como a estrutura e a regulação dos mercados de geração, transmissão e distribuição, incluindo regras de contratação, comercialização, remuneração, parâmetros de desempenho e desafios recentes de expansão e transição energética.

Em mineração, o conteúdo examina a regulação conduzida pela Agência Nacional de Mineração (ANM), os regimes de exploração mineral, os principais instrumentos contratuais e as peculiaridades do mercado das empresas mineradoras, com análise de casos relevantes no Brasil.

#### CONCESSÕES E PPPS NO SETOR DE SANEAMENTO E RESÍDUOS

A disciplina examina a aplicação das concessões e PPPs no setor de saneamento básico e resíduos sólidos urbanos, apresentando as especificidades dos arranjos jurídico e institucional de cada um deles, a composição do CAPEX e OPEX dos respectivos projetos, parâmetros contratuais, operacionais e de desempenho e a regulação do setor, além de desafios regulatórios, tendências para o futuro, dinâmicas das operações e casos emblemáticos. Em saneamento, ainda, o conteúdo aborda o histórico do setor no Brasil, os impactos do Novo Marco Legal e a definição de metas de universalização.

## CONCESSÕES E PPPS SOCIAIS

A disciplina examina a aplicação das concessões e PPPs em setores sociais e de infraestrutura urbana, como educação, iluminação pública, saúde (hospitais e unidades de atendimento) e cidades inteligentes (voltadas à integração de tecnologia em serviços urbanos). Serão apresentadas as especificidades dos arranjos jurídico e institucional de cada um deles, modalidades contratuais, a composição do CAPEX e OPEX dos respectivos projetos, parâmetros contratuais, operacionais e de desempenho e a regulação dos setores, além de desafios regulatórios, tendências para o futuro, dinâmicas das operações e casos emblemáticos.

## REGULAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

A disciplina apresenta os aspectos jurídicos e institucionais da regulação do setor de telecomunicações no Brasil, abordando a atuação da ANATEL, os regimes de prestação dos serviços de telecomunicações, as características dos diferentes mercados e os principais desafios contemporâneos do setor, como a transição do STFC do modelo de concessão para o de autorização e a expansão da conectividade e do 5G, além de casos emblemáticos recentes.

## CASOS EMBLEMÁTICOS EM REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA

A disciplina analisa casos concretos que marcaram a regulação e a infraestrutura no Brasil, permitindo ao aluno compreender seus aspectos regulatórios, jurídicos e econômicos. Serão discutidos temas como reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e PPPs em virtude dos impactos da pandemia de COVID-19, desestatização e privatização de empresas estatais, normas regulatórias controversas, dentre outros.

## GOVERNANÇA E INTEGRIDADE NAS CONCESSÕES E PPPS

A disciplina analisa os aspectos de governança e integridade da agenda ESG no contexto das concessões e PPPs. Em especial, são abordados os principais instrumentos de prevenção e enfrentamento de fraudes e corrupção (com ênfase na aplicação da Lei Anticorrupção e nos acordos de leniência), a responsabilidade corporativa e boas práticas de governança e integridade (como a implementação de programas de compliance), controles internos (como o monitoramento e as auditorias independentes) e práticas de transparência e prestação de contas.

## HUMANIDADES

O ser humano, o processo de humanização e o conceito de pessoa. Desafios contemporâneos e o lugar da religião e da espiritualidade. Autonomia e heteronomia na sociedade atual. Princípios éticos e ética profissional.